STJ00105084

Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos
Professor de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná
Presidente do Instituto de Criminologia e Política Criminal - ICPC

DIREITO PENAL
Parte Geral

7ª edição
revista, atualizada e ampliada

empório do direito .com.br

ICPC

Florianópolis - 2017

STJ00105084

Copyright© *2017 by Juarez Cirino dos Santos*
Editor Responsável: Aline Gostinski
Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

CONSELHO EDITORIAL:

Aldacy Rachid Coutinho (UFPR)
Aline Gostinski (UFSC)
Antônio Gavazzoni (UNOESC)
Aury Lopes Jr. (PUCRS)
Eduardo Lamy (UFSC)
Juan Carlos Vezzulla (IMAP-PT)
Julio Cesar Marcelino Jr. (UNISUL)
Marco Aurélio Marrafon (UERJ)
Orlando Celso da Silva Neto (UFSC)
Rubens R. R. Casara (IBMEC-RJ)
Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino (IMED)
Alexandre Morais da Rosa (UFSC e UNIVALI)
André Karam Trindade (IMED-RS)
Augusto Jobim do Amaral (PUCRS)
Claudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva (ESMESC)
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (UFPR)
Juarez Tavares (UERJ)
Luis Carlos Cancellier de Olivo (UFSC)
Márcio Staffen (IMED-RS)
Paulo Marcio Cruz (UNIVALI)
Rui Cunha Martins (Coimbra-PT)
Thiago M. Minagé (UNESA/RJ)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S235d
7. ed.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez
Direito penal : parte geral / Juarez Cirino dos Santos. - 7. ed, rev. atual. ampl. - Florianópolis, SC : Empório do Direito, 2017
734 p. : il. ; 23 cm.

ISBN 978-85-9477-020-2

1. Direito penal. I. Título.

16-35971

CDU: 343.1(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.
A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).
Todos os direitos desta edição reservados à Empório do Direito Editora.

1083278

Todos os direitos desta edição reservados à Empório do Direito

Rua: Santa Luzia, 100 – sala 610–CEP 88036-540 – Trindade – Florianópolis/SC
www.emporiododireito.com.br–editora@emporiododireito.com.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

STJ00105084

Sumário

Primeira Parte

Teoria da Lei Penal

Capítulo 1

Direito Penal **3**

I. Conceito de Direito Penal 3

II. Objetivos do Direito Penal 4

1. Objetivos *declarados* do discurso jurídico oficial 5

2. Objetivos *reais* do discurso jurídico crítico 6

2.1. Direito Penal e desigualdade social 9

2.2. O bem jurídico na sociedade capitalista: ainda um conceito necessário 14

Capítulo 2

Princípios do Direito Penal **21**

I. Princípio da legalidade 21

1. Proibição de *retroatividade* da lei penal 22

2. Proibição de *analogia* da lei penal (*in malam partem*) 23

3. Proibição do *costume* como fonte da lei penal 24

4. Proibição de *indeterminação* da lei penal 25

II. Princípio da culpabilidade 25

III. Princípio da lesividade 27

IV. Princípio da proporcionalidade 28

V. Princípio da humanidade 32

VI. Princípio da responsabilidade penal pessoal 33

Capítulo 3

Validade da Lei Penal **35**

A) Validade da Lei Penal no Espaço 35

I. O critério da territorialidade 36

STJ00105084

1. Conceito de território 37
2. Imunidades diplomáticas 38
3. Navios e aviões públicos e privados 39
4. Lugar do crime 41
II. Critério da extraterritorialidade 42
1. Princípio da proteção 42
2. Princípio da personalidade 43
3. Princípio da competência universal 45
III. Extradição 46
1. Condições de concessão 47
2. Compromissos do Estado requerente 47
3. Exclusão da extradição 47
4. Proibição de extradição dissimulada 47
5. Um caso histórico 48
B) VALIDADE DA LEI PENAL NO TEMPO 49
I. O critério geral: princípio da legalidade 49
II. O critério específico: lei penal mais benigna 49
1. Leis penais em branco 51
2. Leis penais temporárias e excepcionais 52
3. Leis processuais penais 53
4. Lei de execução penal 54
5. Jurisprudência 54

CAPÍTULO 4
INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL 57
I. O significado de norma jurídica 57
II. A interpretação da norma penal 58
1. Técnicas de interpretação 59
2. Sujeitos da interpretação 59
3. Resultados da interpretação 60
4. Analogia e interpretação 61
4.1. Igualdade lógica entre interpretação e analogia 61
4.2. Teorias diferenciadoras 62
4.3. Analogia proibida e analogia permitida 62
4.3.1. Analogia a *simile* 62
4.3.2. Analogia a *maiori ad minus* 63
4.4. Necessidade da analogia 64

STJ00105084

III. O silogismo como lógica de subsunção jurídica 64
IV. Fontes da norma penal 65

Segunda Parte

Teoria do Fato Punível

Capítulo 5

Fato Punível 69
I. Definições de crime 69
II. Os Sistemas de fato punível 71
1. Modelo tripartido de crime 72
2. Modelo bipartido de crime 76
3. O modelo de fato punível adotado 78
III. Teoria do tipo 79
1. Conceito e funções do tipo 79
2. Desenvolvimento do conceito de tipo 80
3. Adequação social e exclusão de tipicidade 83
4. Elementos do tipo legal: elementos objetivos, subjetivos, descritivos e normativos 84
5. Modalidades de tipos 85
5.1. Tipos de resultado e de simples atividade 85
5.2. Tipos simples e compostos 85
5.3. Tipos de lesão e de perigo 86
5.4. Tipos instantâneos (ou de estado) e permanentes (ou duráveis) 87
5.5. Tipos gerais, especiais e de mão própria 88
5.6. Tipo básico, variações do tipo básico e tipos independentes 88
5.7. Tipos de ação e de omissão de ação 89
5.8. Tipos dolosos e imprudentes 90

Capítulo 6

Teoria da Ação 91
I. Introdução 91

STJ00105084

II. Definições do conceito de ação 93
1. Modelo causal de ação 93
2. Modelo *teleológico* de ação 96
2.1. Conceito 96
2.2. Estrutura 98
2.3. O *trabalho* como novo fundamento teleológico da ação 101
3. Modelo social de ação 103
4. Modelo negativo de ação 106
5. Modelo pessoal de ação 108
6. Modelo comunicativo de ação 110
III. Funções do conceito de ação 113
IV. Conclusão 116

CAPÍTULO 7

TIPO DE INJUSTO DOLOSO 119
I. Introdução 119
II. Tipo objetivo 119
1. Causação do resultado 121
1.1. Teoria da equivalência das condições 121
1.1.1. Conceitos centrais 121
1.1.2. Críticas ao método 122
1.1.3. Refutação das críticas 123
1.1.4. O critério na lei penal brasileira 124
1.2. Teoria da adequação 127
2. Imputação (objetiva) do resultado 128
2.1. A ação do autor *não cria* risco do resultado 129
2.2. O risco criado pela ação *não se realiza* no resultado 130
III. Tipo subjetivo 131
1. Dolo 132
a) Elemento intelectual 132
b) Elemento volitivo 133
1.1. Espécies de dolo 134
1.1.1. Dolo direto de 1º grau 136
1.1.2. Dolo direto de 2º grau 137
1.1.3. Dolo eventual 137
1.2. Dolo alternativo 146
1.3. A dimensão temporal do dolo 147

STJ00105084

2. Erro de tipo 148
2.1. Erro de tipo e erro de subsunção 149
2.2. A intensidade de representação das circunstâncias de fato 151
3. Atribuição subjetiva do resultado em desvios causais 153
a) Desvios causais regulares 153
b) *Aberratio ictus* 154
c) Troca de dolo 155
d) Dolo geral 156
e) Erro sobre o objeto 157
4. Elementos subjetivos especiais 158

CAPÍTULO 8

TIPO DE INJUSTO IMPRUDENTE 161

I. Introdução 161
II. A capacidade individual como critério de definição de imprudência . 162
III. O tipo de injusto imprudente 165
1. O desvalor de ação: lesão do dever de cuidado ou do risco permitido 167
a) O modelo de homem prudente 168
b) O dever de informação sobre riscos e de abstenção de ações perigosas 169
c) A correlação risco/utilidade na avaliação de ações perigosas 169
d) O princípio da confiança 170
2. O desvalor de resultado: lesão do bem jurídico protegido 174
2.1. Imputação do resultado ao autor 174
2.2. Exclusão da imputação do resultado 175
2.2.1. Fatalidade do resultado 175
2.2.2. Resultados incomuns 175
2.2.3. Resultados situados fora da área de proteção do tipo 176
a) A autoexposição a perigo 176
b) A exposição consentida a perigo criado por outrem 177
c) Os perigos situados em área de responsabilidade alheia 178
d) Os danos psíquico/emocionais sobre terceiros 179
e) As outras consequências danosas posteriores 180
2.2.4. Resultados iguais em condutas conformes ao dever de cuidado ou risco permitido 180
2.3. A previsibilidade e a previsão do resultado 181

STJ00105084

2.3.1. Imprudência inconsciente 182
2.3.2. Imprudência consciente 183
IV. Tipo objetivo e tipo subjetivo 187
V. Crimes qualificados pelo resultado: combinações dolo/imprudência 188

CAPÍTULO 9

TIPO DE INJUSTO DE OMISSÃO DE AÇÃO 193

I. Introdução 193
II. Ação e omissão de ação 193
III. Omissão de ação própria e imprópria 195
IV. A omissão de ação imprópria e o princípio da legalidade 197
1. A proibição de analogia penal 198
2. A proibição de indeterminação penal 199
V. Estrutura dos tipos de omissão de ação 202
1. O tipo objetivo da omissão própria e imprópria: elementos comuns 203
1.1. Situação de perigo para o bem jurídico 203
1.2. Poder concreto de agir 203
1.3. Omissão da ação mandada 204
2. O tipo objetivo da omissão de ação imprópria: elementos específicos 205
2.1. Resultado típico 205
2.2. Posição de garantidor 205
a) obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância 207
b) assunção da responsabilidade de impedir o resultado 208
c) comportamento anterior criador do risco do resultado 209
3. O tipo subjetivo da omissão de ação 211
3.1. Espécies de dolo na omissão de ação 212
3.2. Objeto do dolo na omissão de ação 212
3.3. O erro de tipo na omissão de ação 212
VI. Conhecimento do injusto e erro de mandado 213
VII. Tentativa e desistência na omissão de ação 214
VIII. A exigibilidade da ação mandada 215

CAPÍTULO 10

ANTIJURIDICIDADE E JUSTIFICAÇÃO 217

STJ00105084

I. Teoria da antijuridicidade 217
1. Introdução 217
1.1. Antijuridicidade e tipicidade 217
1.2. Antijuridicidade e injusto 218
1.3. Antijuridicidade e vitimologia 219
1.4. Unidade e áreas neutras do Direito 220
2. Fundamento das justificações 222
3. Conhecimento e erro nas justificações 223
4. Efeito das justificações 226
II. Justificações 226
A) Legítima defesa 227
1. Situação justificante 227
2. Ação justificada 231
2.1. Elementos subjetivos da ação de defesa 231
2.2. Elementos objetivos da ação de defesa 232
2.3. A permissibilidade da legítima defesa 235
3. Particularidades 237
a) Legítima defesa de outrem 237
b) Extensão da justificação 238
c) Excesso de legítima defesa 238
B) Estado de necessidade 238
1. Situação justificante 239
2. Ação justificada 242
2.1. Elementos subjetivos da ação necessária 242
2.2. Elementos objetivos e normativos da ação necessária 243
2.2.1. O critério do bem jurídico 243
2.2.2. O critério da pena 244
2.2.3. O critério das relações autor/vítima 244
2.2.4. O conflito da vida contra vida 244
2.2.5. Cláusula de razoabilidade 247
3. Posições especiais de dever 248
3.1. Dever jurídico de proteção à comunidade 249
3.2. Dever jurídico fundado na produção do perigo 249
3.3. Deveres jurídicos da posição de garante 250
3.4. Dever jurídico de suportar perigos somente evitáveis com danos desproporcionais a terceiros 251
3.5. Limites do dever jurídico ligado às posições especiais de dever 251

STJ00105084

C) Estrito cumprimento de dever legal 253
1. Situação justificante 253
2. Ação justificada 254
2.1. Ruptura dos limites do dever na aplicação da lei 254
2.2. Cumprimento de ordens antijurídicas 256
3. Elementos subjetivos do estrito cumprimento de dever legal 257
D) Exercício regular de direito 257
1. Situações justificantes 257
1.1. Atuação *pro magistratu* 258
1.2. Direito de castigo 258
2. Ação justificada 259
3. Elementos subjetivos no exercício regular de direito 259
E) Consentimento do titular do bem jurídico 260
1. Consentimento real 261
1.1. Objeto do consentimento 262
a) liberdade, sexualidade e propriedade 262
b) corpo humando: saúde e integridade 262
1.2. Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano (Lei 9.434/97) 264
1.3. Capacidade e defeito de consentimento 265
1.4. Manifestação do consentimento 266
2. Consentimento presumido 267
3. O problema da eutanásia 269
3.1. Vontade *real* e *presumida* de morrer 269
3.2. Ajuda ativa e ajuda passiva do autor 270
3.2.1. Os deveres do médico 270
3.2.2. Os direitos do paciente 270
3.2.3. Princípios da *lex artis* médica 271
F) Justificação nos tipos de imprudência 272
1. A legítima defesa 272
2. O estado de necessidade 273
3. O consentimento do titular do bem jurídico 273

Capítulo 11
Culpabilidade e Exculpação 275
I. Conceito de culpabilidade 275

STJ00105084

1. Desenvolvimento do conceito de culpabilidade 276
1.1. Conceito psicológico de culpabilidade 276
1.2. Conceito normativo de culpabilidade 277
1.2.1. Culpabilidade e reprovação 277
1.2.2. Inexigibilidade e exculpação 278
1.2.3. Conceito normativo de culpabilidade 279
2. Definições materiais do conceito normativo de culpabilidade .. 280
3. O *princípio da alteridade* como base da responsabilidade social .. 284
II. Estrutura do conceito de culpabilidade 286
1. Capacidade de culpabilidade 286
1.1. Incapacidade de culpabilidade 287
1.2. Capacidade relativa de culpabilidade 291
1.3. Problemas político-criminais especiais 293
1.3.1. Emoção e paixão 293
1.3.2. *Actio libera in causa* 294
2. Conhecimento do injusto e erro de proibição 297
2.1. Conhecimento do injusto 298
2.1.1. Teorias sobre conhecimento do injusto e erro de proibição 298
2.1.2. Objeto da consciência do injusto 301
2.1.3. Divisibilidade e formas de conhecimento do injusto 303
2.1.4. Dúvida sobre a proibição 304
2.2. Consequências legais do erro de proibição 306
2.3. Natureza evitável ou inevitável do erro de proibição 307
2.4. Meios de conhecimento do injusto 308
2.5. Erro de proibição na lei penal brasileira 311
2.6. Espécies de erro de proibição na lei penal brasileira 317
3. Exigibilidade de comportamento diverso 320
3.1. Normalidade das circunstâncias e exigibilidade jurídica 320
3.2. A inexigibilidade como fundamento geral de exculpação 322
3.3. As situações de exculpação 323
3.3.1. Situações de exculpação legais 324
a) Coação irresistível 324
b) Obediência hierárquica 325
c) Excesso de legítima defesa real por defeito emocional 327
1. Excesso consciente e inconsciente 328
2. Excesso intensivo e extensivo 329
d) Excesso de legítima defesa putativa por defeito emocional 331

STJ00105084

3.3.2. Situações de exculpação supralegais 331
a) Fato de consciência 332
b) Provocação da situação de legítima defesa 333
c) Desobediência civil 334
d) Conflito de deveres 334

CAPÍTULO 12
OUTRAS CONDIÇÕES DE PUNIBILIDADE 339
I. Introdução 339
II. Condições objetivas de punibilidade 339
III. Fundamentos excludentes de pena 340

CAPÍTULO 13
AUTORIA E PARTICIPAÇÃO 343
I. Introdução 343
II. Conceito de autor 344
1. Teoria unitária de autor 344
2. Conceito restritivo de autor 345
3. Teoria subjetiva de autor 346
4. Teoria do domínio do fato 347
III. Formas de autoria 349
1. Autoria direta 349
2. Autoria mediata 350
2.1. Hipóteses de autoria mediata 350
2.2. Problemas especiais 354
2.2.1. Erro 354
2.2.2. Excesso 355
2.2.3. Tentativa 355
2.2.4. Omissão de ação 355
3. Autoria coletiva (ou coautoria) 356
3.1. Decisão comum para o fato 356
3.2. Realização comum do fato 357
3.3. Distribuição da responsabilidade penal 358
3.3.1. Responsabilidade pelo excesso 358
3.3.2. Tentativa na coautoria 359
3.3.3. Coautoria por omissão de ação 360
3.3.4. Coautoria em tipos especiais próprios 361

STJ00105084

IV. Participação como contribuição acessória dolosa em fato principal doloso de outrem 361
1. Instigação 364
1.1. O dolo do instigador e a decisão do autor 364
1.2. O dolo do instigador e o fato do autor 365
1.3. Erro de tipo e erro de tipo permissivo 366
2. Cumplicidade 367
2.1. Natureza da ajuda material 368
2.2. O dolo do cúmplice e o fato principal 369
3. Concorrência de formas de participação 370
4. Participação necessária 370
5. Tentativa de participação 371
V. Comunicabilidade das circunstâncias ou condições pessoais 371

CAPÍTULO 14

TENTATIVA E CONSUMAÇÃO 373
I. Introdução 373
II. Teorias da tentativa 374
1. Teorias objetivas 375
1.1. Teoria objetiva formal 375
1.2. Teoria objetiva material 376
2. Teoria subjetiva 377
3. Teoria objetivo-subjetiva (ou objetiva individual) 377
4. O tipo de tentativa 380
5. Consumação formal e material 381
6. Objeto da tentativa 382
7. Fundamento da punibilidade da tentativa 384
8. Tentativa inidônea 385
9. Delito de alucinação 387
III. Desistência da tentativa 388
1. Teorias sobre desistência da tentativa 388
2. Tentativa inacabada e acabada 389
3. Estrutura da desistência da tentativa 391
3.1. Desistência voluntária 391
3.2. Arrependimento eficaz 392
4. Tentativa falha 394

STJ00105084

5. Extensão dos efeitos da desistência da tentativa 394
6. A desistência da tentativa no concurso de pessoas 395
6.1. Participação 395
6.2. Coautoria 396
7. Arrependimento posterior 396

CAPÍTULO 15

UNIDADE E PLURALIDADE DE FATOS PUNÍVEIS 399
I. Introdução 399
II. Unidade e pluralidade de ações típicas 400
III. Pluralidade material de fatos puníveis 402
IV. Pluralidade formal de resultados típicos 403
V. Unidade continuada de fatos típicos 407
1. A disciplina legal 407
2. O paradigma objetivo/subjetivo do crime continuado 408
3. Unidade de injusto e unidade de pena 411
VI. A pena de multa na pluralidade de fatos puníveis 411
VII. Limite das penas privativas de liberdade 412
VIII. Pluralidade aparente de leis 413
1. Especialidade 414
2. Subsidiariedade 414
3. Consunção 416
4. Antefato e pós-fato copunidos 417

TERCEIRA PARTE

TEORIA DA PENA

CAPÍTULO 16

POLÍTICA CRIMINAL E DIREITO PENAL 421
I. O discurso oficial da teoria jurídica da pena 423
1. A pena como retribuição de culpabilidade 423
2. A pena como prevenção especial 425
3. A pena como prevenção geral 427
4. As teorias unificadas: a pena como retribuição e prevenção 430

STJ00105084

II. O discurso crítico da teoria criminológica da pena 432
A) A CRÍTICA NEGATIVA/AGNÓSTICA DA PENA CRIMINAL 433
B) A CRÍTICA MATERIALISTA/DIALÉTICA DA PENA CRIMINAL . 437
1. A pena como *retribuição equivalente* do crime 437
2. A prevenção especial como garantia das relações sociais 444
2.1. Prevenção especial negativa 444
2.2. Prevenção especial positiva 447
3. A prevenção geral como afirmação da ideologia dominante 451
4. Conclusão 457

CAPÍTULO 17
PRISÃO E CONTROLE SOCIAL 461
I. Introdução 461
II. A relação cárcere/fábrica 464
III. A origem da penitenciária 465
IV. O modelo filadelfiano de penitenciária 468
V. O modelo auburniano de penitenciária 469
VI. Indústria do encarceramento: atualidade e perspectivas 471
VII. A privatização de presídios no Brasil 474

CAPÍTULO 18
O SISTEMA PENAL BRASILEIRO 477
I. A política penal brasileira 477
1. Sistema dulista alternativo 477
2. Sistema de medidas repressivas 478
II. Penas criminais 479
1. Penas privativas de liberdade 479
1.1. Regimes de execução 480
1.1.1. Progressão e regressão de regimes 480
1.1.2. Espécies de regime 484
a) Regime fechado 484
b) Regime semiaberto 484
c) Regime aberto 485
d) Regime especial para as mulheres 486
1.2. Direitos e deveres do condenado 487
a) Direitos do condenado 487
b) Deveres do condenado 487

STJ00105084

c) Trabalho do condenado 488
d) Remição penal 488
1.3. A disciplina penal 490
1.3.1. Faltas disciplinares 491
1.3.2. Sanções disciplinares e RDD 491
a) Advertência verbal e repreensão 492
b) Suspensão ou restrição dos direitos e isolamento celular 492
c) RDD - Regime disciplinar diferenciado 493
1.4. Individualização da execução: classificação e exame criminológico 494
1.4.1. Classificação dos condenados 494
1.4.2. Exame criminológico 494
1.4.3. Perfil genético 496
1.5. Detração penal 496
1.6. Limite das penas privativas de liberdade 497
2. Penas restritivas de direitos 498
2.1. Natureza 498
2.2. Pressupostos de aplicação das penas restritivas de direitos ... 499
2.2.1. Aplicação pela natureza do crime 499
2.2.2. Aplicação pela duração da pena 500
2.2.3. Condições limitadoras e excludentes 500
2.3. Espécies de penas restritivas de direitos 501
2.3.1. Prestação pecuniária 501
2.3.2. Perda de bens e valores 502
2.3.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas 503
2.3.4. Interdição temporária de direitos 504
2.3.5. Limitação de fim de semana 505
3. Pena de multa 506
3.1. Cominação da pena de multa 507
3.2. Aplicação da pena de multa 507
a) A quantidade de dias-multa 507
b) O valor do dia-multa 508
3.3. Execução da pena de multa 509
4. Conversibilidade executiva das penas criminais 510
5. Cominação das penas criminais 511
5.1. Regras de cominação 512
5.2. Cominação das penas de multa 513

STJ00105084

Capítulo 19

Aplicação das Penas Criminais **515**
I. A sentença criminal 515
1. A sentença criminal absolutória 515
2. A sentença criminal condenatória 516
II. O método legal de aplicação da pena 518
1. Definição da pena-base: circunstâncias judiciais (1a fase) 521
1.1. Elementos do agente 523
a) Culpabilidade 523
b) Antecedentes 526
c) Conduta social 527
d) Personalidade 528
e) Motivos 529
1.2. Elementos do fato 530
a) Circunstâncias 530
b) Consequências 531
1.3. Contribuição da vítima 531
2. Circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas (2a fase) 532
2.1. Circunstâncias agravantes 533
a) Reincidência 535
b) Motivo fútil ou torpe 538
c) Facilitar ou assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime 539
d) Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa da vítima 539
e) Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum 540
f) Vitimização de ascendente, descendente, irmão ou cônjuge 540
g) Abuso de autoridade ou prevalecimento de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica 541
h) Abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão 543
i) Vitimização de criança, de maior de 60 anos, de enfermo ou de mulher grávida 543
j) Vítima sob imediata proteção da autoridade 544
l) Ocasião de calamidade pública (incêndio, naufrágio, inundação etc.) ou de desgraça particular da vítima 544

m) Embriaguez preordenada 545
2.2. Circunstâncias agravantes do concurso de pessoas 546
a) Promover, organizar ou dirigir a atividade criminosa coletiva 546
b) Coagir ou induzir à execução material de crime 547
c) Instigar ou determinar ao crime pessoa dependente ou impunível por condição ou qualidade pessoal 547
d) Executar ou participar de crime mediante pagamento ou promessa de recompensa 548
2.3. Circunstâncias atenuantes 548
a) Agente menor de 21 (data do fato) ou maior de 70 anos (data da sentença) 549
b) Desconhecimento da lei 550
c) Motivo de relevante valor social ou moral 551
d) Ação espontânea, imediata e eficiente, para evitar ou reduzir as consequências do crime, ou reparação do dano antes do julgamento 552
e) Coação resistível, cumprimento de ordem de autoridade superior ou violenta emoção provocada por ato injusto da vítima 553
f) Confissão espontânea de autoria de crime perante autoridade 554
g) Influência de multidão em tumulto não provocado 554
2.4. Circunstâncias atenuantes inominadas 555
2.5. Concurso de circunstâncias legais 556
2.6. Limites de agravação e de atenuação da pena 557
3. Alteradores especiais da pena: causas especiais de aumento ou de diminuição da pena 558
III. Efeitos da condenação 560
IV. Reabilitação 563

CAPÍTULO 20
SUBSTITUTIVOS PENAIS 567
I. Teoria dos substitutivos penais 567
1. Teorias tradicionais 567
1.1. Explicações humanitárias 568
1.2. Explicações científicas 568
2. Teorias críticas 569
2.1. Superlotação carcerária 569
2.2. Crise fiscal 570
2.3. Ampliação do controle social 572

3. Conclusão 573
II. Os substitutivos penais da legislação brasileira 574
A) Suspensão condicional da pena 574
1. Pressupostos específicos 575
2. Pressuposto geral da suspensão condicional da pena 580
3. Condições legais de execução 581
4. Condições judiciais de execução 582
5. Modificação das condições de execução 582
6. Formalidades de concessão 583
7. Revogação 584
8. Prorrogação do prazo 585
9. Extinção da pena 586
B) Livramento condicional 586
1. Espécies de livramento condicional 587
2. Pressupostos do livramento condicional 588
2.1. Pressupostos gerais 588
2.2. Pressupostos específicos 589
3. Condições de execução 592
4. Formalidades de concessão 592
5. Revogação 593
6. Efeitos da revogação 594
7. Extinção da pena 595
C) Os substitutivos penais da Lei 9.099/95: a transação penal e a suspensão condicional do processo 595
1. Transação penal 596
1.1. Conceito 596
1.2. Requisitos da transação penal 597
1.2.1. Requisitos positivos 597
a) pena máxima cominada até 2 anos de privação de liberdade... 597
b) crime de ação penal pública 597
1.2.2. Requisitos negativos 598
a) condenação definitiva do autor a pena privativa de liberdade por crime 598
b) obtenção de igual benefício nos últimos 5 anos pelo acusado 598
c) os antecedentes, a conduta social e a personalidade do autor, além dos motivos e circunstâncias do fato contra-indicarem a necessidade e suficiência da medida 598

STJ00105084

d) Rejeição da transação pelo acusado ou defensor 599
1.3. Consequências jurídicas da transação penal 600
2. Suspensão condicional do processo 601
2.1. Conceito 601
2.2. Pressupostos de concessão 602
a) crimes com pena máxima cominada igual ou inferior a 1 ano 602
b) ausência de processo criminal ou de condenação por outro crime contra o acusado 603
c) requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.. 603
2.3. Condições de execução 605
2.4. Revogação 606
2.5. Extinção da pena 606

CAPÍTULO 21

MEDIDAS DE SEGURANÇA 609

I. As vias alternativas do Direito Penal brasileiro 609
II. Crise das medidas de segurança 610
III. Medidas de segurança na legislação penal brasileira 612
1. Pressupostos das medidas de segurança 614
1.1. A realização de fato previsto como crime 614
1.2. A periculosidade criminal do autor 615
a) a presunção legal de periculosidade criminal 616
b) a determinação judicial de periculosidade criminal 616
2. Objetivos das medidas de segurança 617
3. Espécies de medidas de segurança 618
3.1. Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico 618
3.2. Tratamento ambulatorial 620
4. Duração das medidas de segurança 621
5. A verificação de cessação da periculosidade criminal 623
6. Substituição e conversão das medidas de segurança 623
7. Prescrição das medidas de segurança 624

CAPÍTULO 22

AÇÃO PENAL 627

I. As limitações democráticas do poder de punir 627
II. Os princípios constitucionais do processo penal 627
1. Princípios de formação do processo 628

STJ00105084

2. Princípios da prova processual 630
III. Ação penal 632
1. Ação penal pública 634
1.1. Ação penal pública incondicionada 635
1.2. Ação penal pública condicionada 635
1.3. Ação penal pública extensiva 637
2. Ação penal privada 638
2.1. Ação penal privada subsidiária da ação pública 638
2.2. Transmissão do direito de queixa 638
2.3. Extinção do direito de queixa 639

CAPÍTULO 23
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE 643
I. Morte do agente 643
II. Anistia, graça e indulto 644
III. Descriminalização do fato 646
IV. Prescrição, decadência e perempção 647
1. Prescrição 647
1.1. Prescrição antes do trânsito em julgado da sentença criminal 647
1.2. Prescrição depois do trânsito em julgado da sentença condenatória 649
1.3. Prescrição conforme os níveis de concretização da pena 650
1.4. Redução e aumento dos prazos de prescrição 652
1.5. Prescrição das penas restritivas de direito 654
1.6. Prescrição da pena de multa 654
1.7. Prescrição das medidas de segurança 655
1.8. Causas impeditivas da prescrição 655
1.9. Causas interruptivas da prescrição 656
1.10. Prescrição das penas menos graves com as mais graves 657
2. Decadência 657
3. Perempção 657
V. Renúncia e perdão 658
VI. Retratação do agente 659
VII. Perdão judicial 650
VIII. A extinção da punibilidade nos tipos complexos, nos tipos dependentes de outros tipos, nos tipos que pressupõem outros tipos, nos tipos qualificados pelo resultado e nos tipos conexos 660

STJ00105084

IX. A extinção da punibilidade no concurso de crimes 661

Anexo

Capítulo 24

A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica 665

I. Introdução 665
II. A controvérsia constitucional 666
III. Problemas da responsabilidade penal da pessoa jurídica 671
1. A pessoa jurídica e o conceito de crime 673
1.1. A pessoa jurídica e o conceito de tipo de injusto 675
1.2. A pessoa jurídica e o conceito de culpabilidade 679
1.3. O modelo francês de responsabilidade penal 683
1.4. Conclusão sobre a relação pessoa jurídica/crime 686
2. A pessoa jurídica e o conceito de pena 686
2.1. Lesão da técnica legislativa da lei penal 687
2.2. Lesão do princípio da personalidade da pena 689
2.3. Lesão do princípio da individualização da pena 692
2.4. Lesão das funções declaradas do discurso oficial da pena ... 693
2.5. Conclusão 694

Bibliografia 697

Índice Alfabético Remissivo 723